

“Questão social” no Brasil: relações sociais e desigualdades¹

“Social question” in Brazil: social relations and inequalities

“Cuestión social” en Brasil: relaciones sociales y desigualdades

Marilda Villela lamamoto

Fecha de presentación: 19/05/18

Fecha de aceptación: 06/06/18

Resumo

Este artigo apresenta o terreno histórico das desigualdades constitutivas das relações sociais na sociedade brasileira, (re)produzidas de forma ampliada com o suporte do Estado por meio de recursos e políticas públicas. Busca caracterizar a “questão social” na era das finanças no quadro da crise contemporânea, indicando as repercussões no universo do trabalho no país. Ao final são registradas algumas orientações, de raiz liberal, transversais às políticas sócias propostas pelo Estado brasileiro em consonância com as

Abstract

This article presents historical ground of constitutive inequalities of social relations in Brazilian society, widely (re) produced with the contribution of the State with resources and public policies. It aimed to characterized “social question” in the era of finances within the contemporary crisis, indicating its repercussion in the universe of work in Brazil. At the end are recorded some guidance of liberal roots, transversals to social policies proposed by Brazilian State in accordance with the guidelines of multilateral

Resumen

Este artículo presenta el terreno histórico de las desigualdades constitutivas de las relaciones sociales en la sociedad brasileña, (re)producidas de manera ampliada con el soporte del Estado por medio de recursos y políticas públicas. Busca caracterizar la “cuestión social” en la era de las finanzas, en el marco de la crisis contemporánea, señalando las repercusiones en el universo del trabajo en el país. Finalmente, se registran algunas orientaciones de raíz liberal, que son transversales a las políticas sociales propuestas

¹ Este texto tem como base versão amplamente revista e atualizada da conferência pronunciada no V Seminário Internacional de Política Social. Desafios da Política Social na Contemporaneidade, na Universidade de Brasília, no dia 04 de outubro de 2012. A versão integral da citada conferência, sob o título: *Brasil das desigualdades: questão social, trabalho e relações sociais*, foi publicada na Revista Ser Social. Brasília, v. 15, n.º 33, p. 261-384, jul./dez/ 2013.

orientações dos organismos multilaterais, que tencionam o projeto de Serviço Social no Brasil.

organizations, which pressure the project of social work in Brazil.

por el Estado brasileño, en consonancia con las orientaciones de los organismos multilaterales, que tensionan el proyecto de Servicio Social en Brasil.

Palavras-chave

Questão social, relações sociais, trabalho, desigualdades sociais.

Keywords

Social question, social relations, work, social inequalities.

Palabras clave

Cuestión social, relaciones sociales, trabajo, desigualdades sociales.

Introdução

Estas notas pretendem traçar o terreno histórico das desigualdades constitutivas das relações sociais na sociedade brasileira, (re)produzidas de forma ampliada com o suporte do Estado por meio de recursos e políticas públicas. Busca-se caracterizar a “questão social” na era das finanças no quadro da crise contemporânea, indicando suas repercussões no universo trabalho no País. Finalmente são registradas algumas orientações, de raiz liberal, transversais às políticas sociais propostas pelo Estado brasileiro em consonância com as diretrizes dos organismos multilaterais, que tensionam o projeto do Serviço Social no País.

O Brasil das desigualdades

Desde a década de noventa, com a criação dos mercados globais em condições de extrema instabilidade econômica, evidencia-se, ao nível mundial, um crescimento sistemático das desigualdades. Afirma Hobsbawm (2007, p.11):

“A globalização, acompanhada de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais, no interior das nações e entre elas. Não há indícios de que essa polarização não esteja prosseguindo dentro dos países, apesar de uma diminuição geral da pobreza extrema”.

No Brasil, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff desencadearam estratégias anticrise no marco das políticas neoliberais, preservando a sua essência enquanto proposta hegemônica pelas frações rentistas do capital financeiro. O otimista documento, *A década inclusiva (2001-2011). Desigualdade, pobreza e políticas de renda* (IPEA, 2012) reconhece que a desigualdade brasileira está entre as 12 mais altas do mundo, mas em queda. Segundo o IPEA, a desigualdade de renda no Brasil caiu continuamente entre 2001 e 2011: a renda per capita dos 10% mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6%, enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no período.

Ou seja, a renda dos mais pobres cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos (p. 40). A inédita redução da desigualdade de renda – e não da concentração da propriedade e de capital – teve como fontes: o trabalho (58%), a previdência (19%), o Programa Bolsa Família (13%), o Benefício de Prestação Continuada (4%) e outras rendas – como aluguéis e juros (6%)².

Os governos petistas anunciaram um “novo ciclo de desenvolvimento do país” (Castelo, 2010), apoiado na expansão do mercado interno e do consumo de massas, que, articulasse: (a) crescimento econômico, (b) reafirmação da soberania nacional expressa na diversificação de parceiros no comércio externo e na condição do Brasil como credor mundial, perante as reservas externas acumuladas; (c) reforço da presença do Estado nos bancos públicos, na ampliação do funcionalismo público e no planejamento governamental. Alia-se a tais medidas o chamado “*choque distributivo*”, com aumento do salário mínimo e dos gastos sociais na previdência, na assistência social, no seguro-desemprego e abono salarial, aliada à expansão do crédito às pessoas físicas. (Castelo, 2012). Os rendimentos do trabalho se elevaram fruto da política de reajuste do salário mínimo, do aumento do emprego (criação de empregos e formalização do trabalho para 50% da PEA), acordos coletivos entre patrões e empregados.

No Brasil de hoje, esse cenário sofreu uma reversão. A crise econômica convive com a prolongada crise política no país, consubstanciada no recente golpe político institucional à democracia instituída, cujo desfecho redundou no impedimento da presidente da República eleita, Dilma Rouseff. As elites econômicas e políticas impõem um golpe à democracia, capturando as estruturas do poder da República Federativa, com forte apoio midiático. O bloco dominante vem succionando o orçamento público em favor das finanças, de interesses particularistas das várias frações do capital e dos proprietários fundiários, surdo aos clamores das maiorias. O fundo público, majoritariamente direcionado aos interesses do capital que rende juros, tem parcela significativa capturada pela corrupção que grassa os centros do poder em aliança com segmentos do grande empresariado, em detrimentos das políticas e serviços públicos universais e de qualidade. Este quadro apoia-se no braço repressivo e judicial do Estado e na radicalização da violência oficial.

Radicaliza-se a investida contra o legado de direitos dos trabalhadores e avança a privatização da coisa pública durante a interinidade de Michel Temer na Presidência da República. São exemplos: a reforma trabalhista já aprovada e a proposta da reforma da previdência com substanciais perdas de direitos conquistados e com fortes incidências na organização sindical; o desmonte das políticas sociais públicas como a saúde, a assistência social, a educação; as investidas contra a universidade pública, a ciência e a tecnologia com financiamento estatal.

Em uma conjuntura internacional de forte reação conservadora (veja-se a presença de Donald Trump nos EUA, a polarização das eleições francesas e a reorganização de forças na América

² O Plano Brasil sem Miséria foi lançado em 2011 com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população, especificamente os brasileiros cuja renda familiar é de até R\$ 70 por pessoa. O Plano agrega diversas áreas e iniciativas, como: transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva.

Latina em detrimento dos governos populares), afigura-se um cenário de radical reacionarismo, cujo reverso tem sido a barbárie.

O desemprego atinge, em 2017, no Brasil, a assustadora cifra de 13,2 milhões de trabalhadores³. Desde 2014, quando a taxa de desocupação atingiu o menor patamar (6,8%), para 2017, são quase 6,5 milhões de desempregados a mais, um aumento de 96,2%. A taxa média de desemprego anual no Brasil subiu de 11,5% em 2016 para 12,7% em 2017, a maior da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ela é acompanhada de agressões e assassinatos da juventude das periferias urbanas, de negros e pobres, de segmentos LGBT e de trabalhadores do campo. Somase a “caça” aos representantes de nações indígenas nas disputas por terras, presidida pela mais cruel das violências. Em 2017, o número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu 5,5% na comparação com o ano anterior. São 560 mil trabalhadores a mais. Já o número de trabalhadores por conta própria cresceu 0,7% no último ano, segundo a mesma fonte.

Dados da Pesquisa de Amostra de Domicílios (PNAD, 2017) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, entre 2016 e 2017, houve um aumento de 11,2% do número de pessoas em situação de extrema pobreza no país, que saltou de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões em 2017, representando 7,2% da população brasileira em 2017, acima dos 6,5 no ano anterior (Valor Economico, 12/04//2018). Para tais dados foi adotada a linha de corte do Banco Mundial para países classificados como de médio/alto desenvolvimento – como os da América Latina –, que estabelece a renda de US\$1,90 de renda domiciliar per capita dia como critério de corte, o que equivale, em 2016, a R\$133,72 mensais. Este valor foi atualizado pelo Índice Nacional de Precos ao Consumidor Amplo (IPCA) para R\$ 136, em 2017. (Idem).

Segunda a mesma fonte, os índices de pobreza extrema crescem em todas as regiões do país. Analistas indicam ter contribuído para este aumento a crescente precarização do trabalho consubstanciada no fechamento de postos de trabalho com carteira assinada, - como garantias trabalhistas e pisos salariais – e, em contrapartida, a geração de ocupações informais, temporárias e de baixa remuneração.

A desigualdade no campo é indissociável do processo de “modernização produtiva” e da inserção do País no competitivo mercado mundial de *commodities* agrícolas, atualizando sua condição histórica de economia agroexportadora. Verifica-se, ao mesmo tempo uma intensa *internacionalização do território brasileiro* mediante a compra de terras por parte dos grandes conglomerados financeiros mundiais, sem controle público, tendo em vista a produção de produtos agropecuários para exportação, a disputa pela água, por recursos minerais e pela biodiversidade, Esses processos têm derivações na demarcação das terras indígenas e das populações tradicionais e na expropriação de recursos minerais, do que é exemplo a privatização do PRE-SAL na exploração petrolífera.

³ Ver <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/01/31/desemprego-quarto-trimestre-ibge>. Acesso em 05 de maio de 2018.

As forças de esquerda sofrem importantes metamorfoses em decorrência dos efeitos da crise econômica e institucional que afeta o trabalho e emprego. A ampla investida governamental, na última década, na cooptação e institucionalização dos movimentos sociais, que passam a depender do fundo público, afetam suas formas de organização e ação política em detrimento de sua autonomia de classe. Ecoam clamores de diversos segmentos de trabalhadores nas ruas e nas redes sociais.

O Brasil viveu, no ano de 2017, a segunda e a terceira greve geral desde a ditadura de 1964 - a primeira foi em 1989 -. Elas foram convocadas pelas centrais sindicais e movimentos sociais e pararam o país, expandindo-se às cidades médias, além das metrópoles urbanas. Contaram com o apoio e presença de organizações da sociedade civil: a Igreja -com o firme protagonismo da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) -, órgãos de representações de trabalhadores, funcionários públicos, Universidades com seus docentes e estudantes, dentre outras. Foram também alvo dessas manifestações a denúncia das contrarreformas trabalhista e previdenciária, que desmontam conquistas consolidadas na Carta Constitucional de 1988.

Não há como silenciar a contestável prisão política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no corrente ano, com base em um processo judicial sem provas, na tentativa de excluí-lo do panorama político das eleições presidenciais, desencadeando contundentes manifestações públicas.

“Questão social” e hegemonia das finanças⁴.

A questão social é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas.

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985).

Sabemos que o capital é uma relação social por excelência que, na sua busca incessante de lucro, tende a expandir-se indefinidamente por meio da apropriação de trabalho não pago dos trabalhadores. Seu ciclo expansionista realiza-se por meio da ampliação da parcela do capital investida em meios de produção – capital constante – aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo relativamente aquela porção de capital investida em força de trabalho – capital variável. Assim, outra condição e resultado contraditório desse mesmo processo é a ampliação da

⁴ Resgato neste item, de forma condensada, elementos da análise sobre o tema constante em IAMAMOTO (2007) e agregando várias outras contribuições.

superpoblación relativa - ou população “sobrante” para as necessidades médias de valorização do capital -, fazendo crescer o desemprego e a precarização das relações de trabalho. Assim, o *pauperismo como resultado do trabalho - do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social* -, é uma especificidade da produção fundada no capital (Marx,1985; Netto 2001). Em outros termos, o processo de acumulação ao realizar-se faz crescer o fosso das desigualdades entre as classes sociais - a acumulação da riqueza e da pobreza -, o que, por sua vez, restringe a capacidade de consumo das mercadorias produzidas.

Como afirma Chesnais (2012, p.2), a “*superacumulação de capacidades de produção e a relativa superprodução de mercadorias ante a taxa mínima de lucro com a qual os capitalistas continuam investindo e produzindo - é o substrato fundamental da crise*”. O capital tem que encontrar mercados para compra e venda da produção, dispor de poder de compra de parte do consumidor e de lócus para investimento do chamado “excesso de liquidez”: da massa crescente de capital dinheiro a procura de um nicho rentável para reproduzir-se. A maior barreira que o capital encontra novamente frente a si mesmo é fruto de sua insaciável sede de mais-valia.

Mas como já indicou Marx (1985):

“A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição do consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas, como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite” (Livro III, p. 30)

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades *mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa *luta aberta e surda pela cidadania*. (Ianni, 1992), no embate pelo *respeito aos direitos civis, políticos e sociais*. Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a *questão social* para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais, mediações fundamentais para o trabalho do assistente social.

Segundo Fernandes (1975), no Brasil, a expansão monopolista manteve a dominação imperialista e a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofundou as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que vem favorecendo a *concentração de renda, prestígio e poder ao nível social, étnico e regional*. Aquela expansão redundou numa *forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário*, em que o Estado capturado

historicamente pelo bloco do poder assume um papel decisivo na unificação dos interesses das frações e classes burguesas; e na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade, antecipando-se às pressões populares e realizando mudanças para preservar a ordem. Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica se expressam na conciliação entre as frações das classes dominantes com a exclusão das forças populares e no recurso frequente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado. (Coutinho, 1989, p. 122). Esta estratégia se atualiza hoje tanto na *criminalização da questão social*, quanto na decisiva interferência do Estado na *estruturação de políticas anticíclicas para o capital* na contramão das necessidades da maioria.

Assim a concepção de “questão social”, presidida pelas relações de classe que orienta a presente análise, distingue-se da perspectiva sociológica que a apreende como disfunção ou ameaça à coesão e à ordem social, inspirada na tradição de E. Durkheim, típica da escola francesa. Distingue-se ainda daqueles que consideram a existência de uma “nova questão social” resultante da “inadaptação de antigos métodos de gestão do social”, produto datado da “crise do Estado Providência” (Rosanvallon, 1995 e 1997; Fitoussi e Rosanvallon, 1997).

Mas qual o sentido da “questão social” hoje? O que se encontra na base de sua radicalização?

Como lembra Husson (1999, p. 99), o processo de financeirização indica um “*modo de estruturação da economia mundial*”. A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. Nessa esfera, o capital aparece como se o capital-dinheiro tivesse o poder de gerar dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido.

O capital dinheiro aparece como coisa autocriadora de juro, dinheiro que gera dinheiro (D – D’), obscurecendo as cicatrizes de sua origem. O dinheiro tem agora “*amor no corpo*”, como cita o Fausto, de Goethe (MARX, 1985, p. 295, t. III, v. IV). A essa forma mais coisificada do capital, Marx denomina de *capital fetiche*. O juro aparece como se brotasse da mera *propriedade* do capital, independente das atividades produtivas sob o comando do capitalista, isto é, da produção e da apropriação do trabalho não pago ou mais-valia. A forma de *empréstimo* é peculiar à circulação do capital como mercadoria e marca a diferença específica do capital portador de juro. Sendo o juro parte da mais-valia, a mera divisão desta em lucro e juro não pode alterar sua natureza, sua origem e suas condições de existência.

Os principais agentes do processo de financeirização são os *grupos industriais transnacionais* e os *investidores institucionais* – bancos, companhias de seguros, sociedades financeiras de investimentos coletivos, fundos de pensão e fundos mútuos -, que se tornam proprietários acionários das empresas e passam a atuar independente delas. Através de operações realizadas no mercado financeiro, interferem no ritmo de investimentos dessas empresas, na repartição de suas receitas, na definição das formas de emprego assalariado e gestão da força de trabalho e no

perfil do mercado de trabalho.

É preciso ressaltar o seguinte: os dois braços em que se apoiam as finanças - *as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas* -, só sobrevivem com decisão política dos Estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Eles encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, com o impulso dos Estados nacionais: por um lado, a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, a chamada “flexibilização” da legislação protetora do trabalho. E por outro lado, a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade e, com elas, a reestruturação produtiva centrada menos no avanço tecnológico e predominantemente na redução dos custos do chamado “fator trabalho” com elevação das taxas de exploração.

Daí a *desindustrialização* expressa no fechamento de empresas que não conseguem manter-se na concorrência com a abertura comercial, o que redundava na redução dos postos de trabalho; no desemprego, na intensificação do trabalho daqueles que permanecem no mercado; na ampliação das jornadas de trabalho; da clandestinidade e da invisibilidade do trabalho não formalizado, entre outros aspectos.

A *hipótese* é que, na raiz da “questão social” na atualidade, encontram-se políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo - das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto um conjunto de forças que captura o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, as quais passam a assumir os ônus das chamadas “exigências dos mercados”. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos nos campos monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizarem na esfera financeira. Esse processo redimensiona a “questão social” na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações.

O capital financeiro impõe sua lógica de incessante crescimento, aprofunda desigualdades de toda a natureza e torna paradoxalmente invisível o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Nesse contexto, a “questão social”, indissociável da exploração, desigualdade e pobreza, expressa a *banalização da vida humana*, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias de trabalhadores e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres, trabalhadores excedentes para as necessidades médias do capital.

A crescente elevação da taxa de juros favorece o sistema bancário e instituições financeiras, assim como a ampliação do *superávit primário* afeta as políticas públicas com a compressão dos gastos sociais, além do desmonte dos serviços da administração pública. Ela combina-se com a desigual distribuição de renda e a menor tributação de rendas altas, fazendo com que a carga de impostos recaia sobre a maioria dos trabalhadores.

A mundialização do capital tem, portanto, profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de *focalização, privatização, descentralização,*

desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. O propósito é liberar recursos financeiros para a obtenção de superávits fiscais e para o pagamento da dívida pública, sendo a previdência um grande exemplo no âmbito da seguridade social. A busca de equacionar a relação entre dívida pública e gasto público, sob a hegemonia das finanças, redundando em um redimensionamento da intervenção do Estado:

“A hegemonia-financeira redefine a estrutura, forma de funcionamento e conteúdo da intervenção do Estado – e da política social –, em função da necessidade da dívida pública funcionar como elo crucial de valorização financeira (e fictícia) do capital e, como consequência à política de ajuste fiscal permanente, enquanto fiador e viabilizador dessa valorização” (Filgueira e Gonçalves, 2009, p.2)

Os investimentos especulativos em ações de empresas realizados no mercado financeiro apostam na *extração da mais-valia no presente e no futuro dos trabalhadores para alimentar expectativas de lucratividade futuras das empresas*. Eles interferem silenciosamente nas políticas de gestão e de enxugamento da mão de obra; na intensificação do trabalho e no aumento da jornada; no estímulo à competição entre os trabalhadores num contexto recessivo, dificultando a organização sindical; na elevação da produtividade do trabalho com tecnologias poupadoras de mão de obra; nos chamamentos à participação e consentimento dos trabalhadores às metas empresariais, além de uma ampla regressão dos direitos, o que se encontra na raiz das metamorfoses do mercado de trabalho (Harvey, 1993; Alves, 2000).

No País, a mundialização financeira expandiu a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social e a bancarização dos meios de vida, inclusive de parcela do fundo público direcionada à extrema pobreza. A redistribuição desta parte do recurso público também envolve taxas bancárias alimentando as finanças, estimuladas com a criação do crédito direto aos consumidores pobres e miseráveis, via bancos ou cartões de crédito, estimulando o endividamento dessa população junto às instituições financeiras, que afeta a satisfação de suas necessidades básicas mais prementes. Este universo afeta a sociabilidade e a cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, faz erodir formas de convívio coletivas e *dificulta as lutas e movimentos sociais em uma conjuntura adversa aos trabalhadores*.

As conjunturas de crises são as que mais dificultam a organização dos trabalhadores – especialmente a organização operária - devido à maior precariedade das condições de vida, de trabalho, ao aumento da concorrência por vagas de emprego, ao rebaixamento salarial e ao crescimento do desemprego e desregulamentação das relações de trabalho. Ela é acompanhada de ampla *investida ideológica por parte do capital e do Estado voltada a cooptação dos trabalhadores, agora travestidos em “parceiros”, solidários aos projetos do grande capital e do Estado*. Contraditoriamente, é também nos contextos de crise que a organização dos trabalhadores em defesa de seus interesses e necessidades é ainda mais indispensável, o que requer um intenso trabalho político por parte das entidades representativas dos trabalhadores – partidos, sindicatos, associações -

que se mantiveram fiéis às suas bases de representação.

As crises propiciam o questionamento a respeito do futuro de nossas sociedades. São momentos de *paradoxos e possibilidades* tanto para capital quanto para o trabalho, das quais todos os tipos de alternativas - conservadoras, socialistas e anticapitalistas - podem surgir. Elas eclodem no momento em que o Capital - incluindo os governos dos países capitalistas mais importantes - fica emperrado por suas próprias contradições, *enfrentando as barreiras por ele criadas*.

Na atualidade, *o substrato da crise reside na superacumulação da capacidades de produção especialmente elevadas, com uma acumulação de capital fictício sem precedentes, às quais se aliam a difícil situação dos trabalhadores em qualquer parte do mundo, resultante da posição de força obtida pelo capital, graças à internacionalização do exército industrial de reserva, impulsionado pela abertura de países do Leste Europeu e da China ao mercado capitalista.*(Chesnais, 2012, p.2)

A força de trabalho potencial dispõe de dimensões de gênero, raça, etnia e tribo e se diferencia por meio da língua, da política, de orientação sexual e crença religiosa. Tais diferenças incidem no funcionamento do mercado de trabalho, seja no controle do capital sobre o trabalho seja na concorrência entre os trabalhadores.

No tocante ao trabalho no país, os dados sintetizados por Silva (2012) a partir da PNAD/IBGE de 2009, mantem-se vigentes e agravados em 2017, como o demonstram dados de PNAD/IBGE de 2017, já referidos: desemprego maciço e prolongado; informalidade em grande proporção (terceirização, trabalho temporário, subemprego); grande rotatividade no emprego e predominância de contratos até dois salários mínimos; desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, sobretudo no âmbito da seguridade social; queda do nível de renda média do trabalhador; redução da participação da renda trabalho no conjunto da renda nacional; concentração da renda e do poder político.

As múltiplas manifestações da *questão social*, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “*programas focalizados de combate à pobreza*”, que acompanham a mais ampla *privatização da política social pública*. A efetivação destas políticas tem sido transferida aos organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. Expande-se, ao mesmo tempo, *a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas*.

As conquistas sociais acumuladas têm sido transformadas em causa de “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados, segundo a interpretação neoliberal. A contrapartida tem sido a difusão da ideia liberal de que o “bem-estar social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao *mercado e à filantropia*, como alternativas aos direitos sociais que só têm existem na comunidade política. O pensamento neoliberal opera uma profunda despolitização da “questão social”, ao desqualificá-la como *questão pública, questão política e questão nacional* (Yazbek, 2001).

No clima cultural dominante sob a inspiração ultraliberal, a sociedade civil tem sido definida por exclusão e em antítese ao Estado e à política, como um “espaço não político”, livre de coerções,

aparecendo idealizada como um reino autônomo da associação e espontaneidade, materializado nas Organizações Não Governamentais (ONGs). É, também, tida com a guardiã do Estado, controlando-o para evitar intervenções espúrias nas relações interpessoais. Como sugere Acanda (2006), o *boom* dessa noção é indissociável da crise de identidade política democrática e da esquerda revolucionária e sua difusão vem redundando no fortalecimento da ideologia dominante: tudo o que não depende do Estado é tido como a um passo da emancipação social. Ao mesmo tempo, aquela noção tende a encobrir as diferenças reais na vida social, desaparecendo, com ela, a percepção de fenômenos como: classes sociais, grupos de poder econômico, monopólios do capital, dentre outros. A sociedade civil tem sido usada como instrumento de canalizar o projeto político de enfraquecimento do Estado Social e para disfarçar o caráter de classe de muitos conflitos sociais, alerta o autor citado.

Política social e Serviço Social ante a questão social

Ao longo dos três últimos decênios, o Serviço Social na América Latina foi polarizado por um duplo e contraditório movimento: o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens; em sinal contrário, verificou-se o revigoramento de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam, como já indicou Netto (1996), apoiada nos lastro da produção pós-moderna e sua negação da sociedade de classes.

Nas três últimas décadas, o Serviço Social brasileiro construiu coletivamente um patrimônio sóciopolítico e profissional que lhe atribui uma face peculiar no cenário latino-americano e mundial. Ele tem, no seu núcleo central, a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores, e foi inspirado teoricamente na tradição marxista - no diálogo com outras matrizes analíticas- e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais. Dessa herança progressista fazem parte entidades fortes politicamente, representativas e articuladas entre si, *com legitimidade política e capilaridade organizativa* inédita nesses tempos de combate à luta social e exaltação do individualismo e da indiferença ante os dramas coletivos.

Foram muitas as conquistas derivadas dessa orientação político-profissional. Na contramão do mar de individualismo *os asistentes sociales preservaram sua capacidade de indignação ante as desigualdades e injustiças sociais, mantendo viva a esperança em tempos mais humanos.* No campo do exercício profissional, *verifica-se a busca permanente de aperfeiçoamento, a inquietação criadora e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, dotados de clara direção política e profundamente sintonizados com as necessidades dos sujeitos coletivo.* *Tem sido construída uma nova imagem social de profissão relacionada aos direitos, voltada à participação qualificada dos sujeitos sociais em defesa de suas necessidades e direitos nos espaços ocupacionais, nas instâncias de representação coletiva e nas formas diretas de mobilização e organização social.* *Avança-se no autorreconhecimento, por parte do asistente social, de sua condição de trabajador*

assalariado, integrado ao trabalho coletivo, com atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos. Esforços foram empreendidos na qualificação das competências e atribuições do assistente social nos segmentos mais representativos do mercado de trabalho: na assistência social, na saúde, na área sóciojurídica, dentre outras. Entretanto ainda falta *atribuir maior visibilidade às experiências inovadoras de trabalho* na perspectiva do projeto profissional coletivamente construído.

No âmbito da pesquisa, a presença de uma inquietante *pauta temática* indica fecunda interlocução do Serviço Social com o movimento da sociedade, avançando no seu reconhecimento científico. Hoje, no Brasil, o Serviço Social é reconhecido como área de conhecimento junto às agências públicas oficiais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica.

Na contramão dessas conquistas, atualmente jogam águas no moinho do neoconservadorismo no Serviço Social: a) a massificação e a perda de qualidade da formação universitária *que facilitam a submissão dos profissionais às “normas do mercado”*, tendente a um processo de *despolitização da categoria*. Disseminam-se preocupações como “empregabilidade”, “formação por competências” requeridas pelo mercado, “flexibilização dos currículos plenos” para contemplar novas demandas mercantis; a “tecnificação” como referência de qualidade da atuação profissional sob a prevalência da razão instrumental com tendência ao aligeiramento da formação acadêmica e do seu padrão científico e cultura perante o crescimento desmesurado do contingente profissional nas últimas décadas, com a expansão acelerada do ensino superior privado – particularmente dos cursos superiores à distância .

Ao nível das requisições profissionais, *três tendências* prevalecentes na cultura contemporânea de raiz liberal vêm interferindo decisivamente nas respostas institucionais à “questão social” no campo da política social: A *primeira tendência* é o *reforço do individualismo e a responsabilização da família trabalhadora pela ultrapassagem dos níveis de pobreza*. A tendência é transferir aos indivíduos e suas famílias - apesar da precariedade as condições de sua sobrevivência - a responsabilidade de criar condições para o enfrentamento das desigualdades, o que se expressa nas condicionalidades para o acesso às políticas públicas. E os assistentes sociais são chamados a exercer a fiscalização das famílias, *a priori* infantilizadas e criminalizadas no cumprimento dessas exigências. Ou seja, esses profissionais são chamados a exercer a “vigilância social” ou o “policimento social” dos pobres, evitando artimanhas no uso indevido de recursos públicos, demanda persistente desde os primórdios da profissão. É interessante observar que ao grande capital não é requerida qualquer “vigilância social”, em decorrência dos créditos públicos obtidos para mover seus negócios.]

A *segunda tendência* é a *moralização da questão social, ou seja, a subjetivação das necessidades, escamoteando as condições miseráveis de sobrevivência de amplos contingentes de trabalhadores sobrantes*. Ela também se expressa na tendência de encarar a vivência da pobreza como *questão psicológica, cuja aceitação passaria pela via terapêutica, Individual ou familiar, sublimando as desigualdades: a ironia de viver bem emocionalmente em condições barbárie, confundindo competências e atribuições do assistente social com atividades terapêuticas*. A moralização da

questão social também se mostra no *chamamento ao voluntariado*, com uma dupla implicação. A primeira é a *desqualificação das necessidades da população sujeitas a um atendimento de segunda classe, não especializado, como se boa vontade substituísse o conhecimento teórico e técnico-político no respeito ao modo de vida e à cultura das classes subalternas*. A segunda é o *esvaziamento do tónus político da militância, agora neutralizada à direita e à esquerda como “trabalho voluntário”*; isto é, trabalho não remunerado, independente da direção social e política impressa ao trabalho, silenciada e equalizada em favor da ausência de um contrato trabalhista. Por isso o trabalho voluntário situa-se acima do bem e do mal, *metafisicamente superior*.

A *terceira tendência das requisições profissionais ao nível das políticas sociais é a assistencialização da barbárie do capital e a criminalização de suas manifestações*: esta junção atualiza o Estado Penal (WACQUANT, 2001) e permite reiterar uma antiga e persistente aliança entre repressão e assistência no trato da “questão social” em detrimento dos direitos civis, sociais e políticos do cidadão. Nesse quadro, os assistentes sociais são chamados a verificar *in loco* as condições de vida da população trabalhadora, ingressando no seu espaço doméstico e familiar, o que pode redundar em antiéticas invasões da privacidade em nome da burocracia, do controle estatal e do cumprimento dos parâmetros de produtividade do trabalho.

No âmbito das políticas sociais, os sujeitos que são seu alvo prioritário têm sido abordados de forma supraclassista e fragmentada segundo características de geração – jovens, idosos, crianças e adolescentes –, de gênero, étnico-culturais (especialmente negros e índios) e em sua distribuição territorial, mas *silenciando o seu pertencimento de classe*. Essas dimensões multiculturais e multiétnicas fundam efetivamente assimetrias nas relações sociais que potenciam as desigualdades sociais, necessitando ser consideradas como componentes da política da transformação das classes trabalhadoras em sujeitos coletivos. Mas quando descoladas de sua base social comum – sua extração de classes – tem-se a responsabilização do indivíduo e da *família* trabalhadora por ações para o enfrentamento da pobreza.

As referências ao *risco social, vulnerabilidade e à exclusão social* são transversais à formulação e operacionalização das políticas sociais, em particular no seu Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tais referências têm sido largamente incorporadas pelos assistentes sociais em seu trabalho cotidiano, em nome de um projeto profissional centrado na defesa da universalização das políticas públicas, da luta por direitos e da radicalização da democracia no horizonte histórico da emancipação humana.

Merece destaque a *concepção de raiz liberal que vem impregnando as políticas públicas voltadas à “administração ou gestão do risco social” perante segmentos populacionais em “situação de vulnerabilidade”*. Esta foi uma inflexão operada nas políticas de proteção social do Banco Mundial, a partir de 2000, com suporte acadêmico em teóricos de amplo reconhecimento na sociologia europeia, como Ulrich Beck (, 1997a, 1997b, 1998, 2008) e Anthony Giddens (Giddens 1991, 2005; Giddens e Pierson, 2000, Giddens, Beck e Lash, 2007), municidores intelectuais da “terceira via” ante a “morte do socialismo” e da “luta de classes”.

Nessa concepção, os riscos não são decorrentes do fracasso do capitalismo ou de sua crise, mas

sim do êxito dessa civilização. A sociedade de risco é produto da *radicalização do princípio do livre mercado e dos fluxos financeiros globalizados*, que rompem com as cadeias do controle nacional e supranacional. Assim a teoria do risco é uma visão laudatória, sob a ótica do capital, dos impasses que acompanham o “sucesso” da expansão capitalista na era da globalização, silenciando a crise de larga duração que atinge a acumulação em escala mundial. Dialogando com Marx, ao afirmar que o capitalismo é seu próprio coveiro, Beck (1997 b) assim se pronuncia:

“Primeiro não é a crise, mas as vitórias do capitalismo que produzem a nova forma social. Segundo, isto significa que não é a luta de classe, mas a modernização normal e a modernização adicional que está dissolvendo os contornos da sociedade industrial. A constelação que está surgindo disso também nada tem em comum com as utopias até agora fracassadas da sociedade socialista” (p. 12-13)

A hipótese é, pois, que a chamada teoria do risco é o averso da teoria da crise do capital. Em outros termos: não há crise do capital, mas existem contradições e impasses decorrentes do êxito da *radicalização da modernidade na era da globalização* (visto ser o desenvolvimento capitalista um processo natural e perene). Assim, a crise do capital é *fetichizada* e apresentada ao reverso: meros riscos inerentes ao sucesso do capital, passíveis de serem administrados. Daí a proteção social passa a ser tratada como “gestão do risco”. Como a dinâmica da sociedade de risco ocorre mais *além de posições e classes, a análise* prescinde de diferenças de classe e iguala artificialmente a todos diante do risco.

Para o Banco Mundial (2006), a globalização oferece aos países em desenvolvimento “*enormes oportunidades de prosperar no marco da economia mundial, mas também os expõem a riscos maiores*” o que justificaria a agenda de reformas neoliberais. As mudanças tecnológicas aceleram o ritmo do crescimento, mas também aumentam a “decalagem entre os que possuem e os que nada têm”. Os pobres, os mais vulneráveis, reclamariam apoio para *manejar os riscos* com que se defrontam. Assim, emerge uma *nova maneira de encarar a política de proteção social* como: *estratégia de manejo ou administração de risco*. Ela transforma a proteção social “em mais um trampolim que permita às pessoas dar o salto para vidas mais seguras”. A proteção envolve estratégias voltadas à “redução de riscos”, à “atenuação de riscos”, ao “enfrentamento dos riscos”; o “manejo dos riscos” incorpora as questões de *vulnerabilidade* no debate sobre a pobreza.

Uma dupla dimensão no alívio da pobreza extrema afirma-se na “sociedade de risco”: a) a criação de redes de segurança social para a proteção da subsistência básica; e b) a promoção de aceitação do risco.

Em decorrência surge a necessidade de “empoderar” as pessoas que vivem a pobreza crônica, nelas desenvolvendo *potências e capacidades para aliviar os riscos previsíveis* do mercado, com base no acesso crescente a *uma gama de ativos*. Em outros termos, a superação da pobreza está na inserção ativa dos pobres na lógica do mercado, seja por meio da produção ou do consumo.

Esse conjunto de categorizações de clara inspiração liberal - *riscos, ativos, vulnerabilidades, igualdad de oportunidades* - implica a prevalência do mercado na oferta de oportunidades como o “trampolim para a vida segura”. Atribui-se aos indivíduos atomizados e suas famílias a responsabilidade de se protegerem contra os riscos (naturais e artificiais) a partir de instrumentos de manejo de riscos ofertados pelo Estado e pela iniciativa privada. Ao mesmo tempo, tem-se a focalização das políticas e programas sociais de caráter massivo e de baixo custo nos segmentos pobres mais vulneráveis: indivíduos, famílias e comunidades. O propósito esperado dessas iniciativas é a diminuição do risco, tendo por meta prioritária a incorporação dos segmentos pobres ao mercado (pela via do consumo ou da venda de produtos) e menos atender as reais necessidades sociais de que são portadores.

Nesse universo analítico, a pobreza passa a ser vista como *fracasso individual no ingresso aos mecanismos de mercado*. Caberia ao Estado compensar as “falhas do mercado” e fornecer redes de proteção social aos pobres vulneráveis para lidar com o risco. Ante a necessidade de reduzir gastos sociais, recomenda-se uma estratégia política que amplie o *empoderamento de individuos* e reduza a sua dependência perante as instituições estatais tendo em vista a sua integração na sociedade.

Conclusões

As análises inspiradas nessa leitura da proteção social se chocam claramente com as conquistas acumuladas pelo Serviço Social brasileiro. A dimensão de classe das relações sociais não tem lugar nesse universo, assim como a luta por direitos sociais universais como estratégia de acumulação de forças na perspectiva de construção histórica de uma sociedade radicalmente democrática para todos. Dissemina-se, assim, *o novo ecletismo no âmbito das políticas sociais: entre o risco social e a luta por direitos*, ao qual se requer atenção.

Tais tendências exigem um esforço redobrado de estreitar laços com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas e as necessidades sociais por eles veiculadas; de realizar o acompanhamento rigoroso e permanente das formas históricas assumidas desigualdades de classe nos países latino-americanos, considerando as diferenças de gênero, etnia, geração e regionais presentes nas expressões da “questão social” em nossas sociedades; e de decifrar as políticas públicas e o Serviço Social no marco das relações entre Serviço Social e a sociedade nas sociedades latino-americanas.

Referências bibliográficas

Acanda, Jorge Luis (2006): Hegemonia e sociedade civil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

Alves, Giovanni (2000). O novo (precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Ed. Boitempo/FAPESP.

BANCO MUNDIAL (2006). Relatório sobre o desenvolvimento mundial. 2006. Equidade e desenvolvimento. Visão geral. Washington D.C, Banco Mundial.

Beck, Ulrich (1997a): Autodissolução do risco da sociedade industrial: que isso significa. In: *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, Ed. UNESP, São Paulo

----- (1997b): A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Ed. UNESP, São Paulo:

----- (1998): *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad.*: Ed. Paidós, Barcelona.

_____ (2008): *La sociedad del riesgo mundial*. Em busca de la seguridad perdida. Ed. Paidós, Barcelona.

Castelo, Rodrigo (2010): O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: Castelo, Rodrigo (Org.) *Encruzilhadas da América Latina no século XXI.*: Ed. Pão e Rosas, 2 – um novo desenvolvimentismo. Rio de Janeiro.

----- (2012) O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social e Sociedade* 112, Ed. Cortez, São Paulo.

Coutinho, Carlos Nelson (1989): Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Ed. Campus, Rio de Janeiro.

Fernandes, Florestan (1975): A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaios de interpretação sociológica. Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

Fitoussi, Jean Paul, e Rosanvallon Pierre (1997): La nueva era de las desigualdades.:Ed. Manantial, Buenos Aires.

Giddens, Anthony (1991): As consequências da modernidade. 2ª ed. Ed. UNESP, São Paulo.

..... (2005) A terceira via. Reflexões sobre o impasse político-cultural e o futuro da social democracia. Ed. Record, Rio de Janeiro.

Giddens, Anthony e Pierson, Christopher (2000): Conversas com Anthony Giddens. O sentido da modernidade. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

Giddens, Anthony, Beck, Ulrich . e Lash, Scott (2007): Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna. 2ª reimp. Ed. UNESP, São Paulo.

Harvey, David (1993): A condição pós-moderna. Ed. Loyola, São Paulo.

Hobsbawm, Eric (2007): Globalização, democracia e terrorismo. Cia. das Letras, São Paulo.

Husson Michel (1999): Miséria do capital. Uma crítica ao neoliberalismo. Ed. Terramar, Lisboa.

Iamamoto, Marilda Villela (2007): *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice*. Ed. Cortez, São Paulo.

..... (2013): O Brasil das desigualdades: questão social, trabalho e relações sociais. *Revista Ser Social*. Brasília, v. 15, n° 33, jul./dez.

Ianni, Octavio (1992): A Questão Social. In: *A Idéia do Brasil Moderno*. Ed. Brasiliense, São Paulo.

IPEA (2012) A década inclusiva (2001-2011). Desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do IPEA n. 155*. 25 set.

Marx, Karl (1985): O Capital. Crítica da Economia Política. Ed. Nova Cultural, 5v, São Paulo.

Netto, José Paulo (1996): Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, n. 50, Ed. Cortez, 1996, São Paulo.

_____ (2001): Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*: ABEPSS, Brasília, DF, n. 3.

Rosanvallon Pierre (1995): La nueva cuestión social. Repensar el Estado providencia. Manantial, Buenos Aires.

_____ (1997): A crise do Estado providência. UnB, Goiânia.

Silva, María Lucia Lopez (2012) Previdência Social no Brasil (Des)estruturação do trabalho e condições para universalização. Cortez, São Paulo.

Wacquant, Löic (2001): As prisões da miséria. Zahar, Rio de Janeiro.

Yazbek, María Carmelita (2001): Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. *Temporalis*: ABEPSS, ano III, n. 3, jan./jun.

Fontes eletrônicas

Chesnais, Francois (2012): As raízes da crise econômica mundial. Disponível em: http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/460_As%20raizes%20da%20crise%20economica%20mundial%20-%20Francois%20%20Chesnais.pdf. Texto-base de conferência pronunciada pelo autor na Universidade Federal da Bahia, em 13 de junho de 2012, sob o copatrocínio do Centro de Estudos Victor Meyer. Tradução de Rosa Maria Marques. Acesso em 02 de out. de 2012.

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/reporter/2008/10/21/crise-expoe-perigo-de-fortalecimento-da-direita-diz-hobsbawm.htm>. Acesso em 02 de outubro de 2012

Filgueiras Luiz e Goncalves Reinaldo (2009) Desestruturação do trabalho e políticas sociais. Trabalho apresentado no Seminário “Política social, trabalho e democracia em questão”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília em 28-30 de abril de 2009, http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/desestruturacao_do_trabalho_e_politica_social_abril_2009.pdf. Acesso em 02 de out. 2012.

<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/01/31/desemprego-quarto-trimestre-ibge.htm> . Acesso em 05/05/2018

Cita recomendada

Marilda Villela Iamamoto (2018): «Questão social no Brasil: relações sociais e desigualdades» [artículo en línea]. Conciencia Social. Revista digital de Trabajo Social. Vol. 2, Nro. 3. Carrera de Licenciatura en Trabajo Social. Facultad de Ciencias Sociales. UNC. pp. 27-44 [Fecha de consulta: dd/mm/aa].

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ConCienciaSocial/article/view/21586>

ISSN 2591-5339

Esta obra está bajo la licencia Atribución-Compartir Igual 4.0 Internacional. La que permite compartir, copiar, distribuir, alterar, transformar, generar una obra derivada, ejecutar y comunicar públicamente la obra, siempre que: a) se cite la autoría y la fuente original de su publicación (revista, editorial y URL de la obra); b) se mantengan los mismos términos de la licencia. La licencia completa se puede consultar en: <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

Sobre la autora

Marilda Villela Iamamoto

Brasileña. Profesora Titular jubilada de la Universidad del Estado de Río de Janeiro y de la Universidad Federal de Río de Janeiro. Correo electrónico: mviamamoto@uol.com.br

